

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
INSTITUTO ECOLÓGICO E CULTURAL
MARTINS FILHO – IEC

PROJETO
UNIVERSIDADES
CIDADÃS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
(PARCIAL)

Coordenadora: Profa. Dra. Anna Christina Farias de
Carvalho

CRATO
Março - 2006

1. INTRODUÇÃO

Objetiva este relatório descrever as atividades realizadas no Projeto Universidades Cidadãs, durante o período de janeiro a fevereiro de 2006, nas comunidades de Engenho Velho (Barro –CE), Espinheiros (Aurora – CE) e Lagoa de Dentro (São José de Piranhas – PB).

O Projeto Universidades Cidadãs é uma parceria entre Universidades Públicas do Nordeste e o Comitê de Combate a Fome e Pela Vida, tendo como objetivos primordiais:

- Transformação da realidade social, econômica e cultural das populações rurais de baixa renda onde o COEP atua;
- Desenvolvimento da capacitação das populações locais e transferência de tecnologia e conhecimento às comunidades.

As atividades desenvolvidas durante o período referido foram conduzidas pela Profa. Anna Christina Farias de Carvalho, da Universidade Regional do Cariri – URCA e seus alunos estagiários Sólton Alexandre de Moraes, João Paulo Flores e Allan Cruz Mesquita, do Curso de História da URC e técnicos do COEP.

De acordo com o planejamento, na primeira fase do projeto, que deverá ocorrer no período de fevereiro a setembro de 2006, devem ser efetivadas, prioritariamente, duas ações: diagnóstico de demanda nas comunidades e capacitação a partir das demandas levantadas.

2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Situada no Sertão Central do Nordeste no Vale do Cariri sul do Estado do Ceará – Brasil, região circundada pela Chapada do Araripe, equidistante das principais capitais Nordestinas, a Universidade Regional do Cariri – URCA, desde sua implantação (07/03/67), tem procurado romper o formalismo do Ensino do 3º Grau e interagir mais de perto com a comunidade, direcionando esforços no sentido de incorporar às suas atividades básicas – *educação e cultura, pesquisa e extensão* – elevado padrão de qualidade, mediante a prática de uma administração que visa tornar a URCA um agente ativo do processo de desenvolvimento da Região do Cariri e áreas circunvizinhas, em sintonia com as aspirações de sua sociedade.

Mantida pelo Governo do Estado do Ceará e vinculada a Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE, a URCA tem um raio de atuação de cerca de 300km, atingindo além dos municípios do Cariri cearense, municípios dos Estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, num total de 100 municípios. Assim a URCA serve a todo Nordeste Central, promovendo o conhecimento e formando profissionais capacitados para atuarem eficazmente no seu *locus vivendi*.

Tendo como suporte o desenvolvimento regional, foram criadas várias regiões de planejamento denominadas Cariri. Em nosso relatório utilizamos o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por este predominar na literatura acadêmica, sendo constituído pelos municípios de: Abaiara, Altaneira, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçú, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Santana do Cariri e Várzea Alegre .

Dentro desse universo, seis municípios do cariri cearense foram incluídos no Projeto Universidades Cidadãs, sendo o critério de escolha municípios zoneados pelo algodão: Barro, Aurora, Missão Velha, Mauriti, Milagres e Brejo Santo. Inicialmente as equipes da URCA e do COEP estão atuando em Barro na comunidade Engenho Velho (comunidade antiga) e Aurora na comunidade Espinheiro (comunidade nova). A partir de entendimentos entre a Coordenadora do Projeto Universidades Cidadãs na URCA e o COEP, foi ampliado o raio de ação da URCA para o Estado da Paraíba com a inclusão de um pólo – São José de Piranhas, centrando as ações, inicialmente, na comunidade Lagoa de Dentro. Esta iniciativa

deve-se sobretudo a proximidade do município com a sede da URCA, localizado em Crato. O COEP está estudando a possibilidade da inclusão da Universidade Federal da Paraíba, campus de Cajazeiras, para coordenar o Projeto nesse pólo. A Universidade Federal de Campina Grande, também parceira do projeto (juntamente com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Federal do Rio Grande do Norte, Federal do Piauí, Federal de Sergipe) é responsável pelo pólo de Juarez Távora, no outro extremo do Estado da Paraíba.

Para quem contempla atualmente o cenário fitogeográfico do Ceará que ostenta uma paisagem praticamente desnuda, com apenas cerca de 26,5% da vegetação natural (MARTINS *et al.*, 1994), sem um referencial histórico da riqueza relativa de seus recursos naturais renováveis, jamais poderia imaginar que, não somente as serras úmidas mas também o litoral, o sertão e a região do Cariri, tenham possuído uma cobertura vegetal que variava da mata exuberante à caatinga densa ou rala, exibindo, em todos os casos, as suas essências florestais de gradativa importância econômica, mas de constante valor ecológico e fitoterápico. De fato, do quadro natural que se apresentava no Ceará nos séculos XVII e XIX e início deste, restaram memórias escritas que destacam a sua vegetação, os solos, a fauna e os corpos hídricos que no seu conjunto formavam um todo de ecossistemas e biomas ecologicamente equilibrados. Uma análise dessa realidade histórica implica que se repense, ainda que tardiamente, o modelo de exploração agropecuária extrativista, predatório e visivelmente degradante do meio ambiente implantado no Ceará que produziu de forma complementar o modelo primário de exportador implementado no Nordeste, desde os tempos coloniais. A não intermitência desse modelo de exploração, apoiado quase que exclusivamente no avanço da fronteira agropecuária baseado no desmatamento indiscriminado, deixou os solos sob a ação direta da irradiação solar, dos ventos e dos impactos das chuvas, criando condições para a compactação, erosão e redução da fertilidade dos solos, levando o Estado a uma forte degradação, refletida nos últimos anos no declínio das curvas de produção e de produtividade de matérias-primas de origem agropecuária, que se tornou, se não impossível, pelo menos de difícil reversão.

Embora se reconheça que 2/3 do Estado assente-se sobre embasamento cristalino, a sua profundidade variável prejudica muito mais a captação de água subterrânea do que propriamente a produção agropecuária e também pouco afeta a valência fitogeográfica das espécies florestais nativas e exóticas nos seus diversos “habitats” e nichos ecológicos.

Também se admite que os solos do Ceará, são, em sua maioria, rasos ou pouco profundos. Desta forma, menos por deficiência dos fatores físicos do Estado e mais em função do uso predatório de seus recursos naturais renováveis explicam-se as causas principais das dificuldades que afetam a agropecuária cearense, uma vez que o Ceará já foi exportador de madeira-de-lei, de café, de laranja, de cera de carnaúba, oiticica, borracha de maniçoba, e como produtor de banana chegou a ocupar o segundo lugar do Brasil, enquanto que o algodão ostentou por muito tempo o primeiro lugar no Nordeste. Sem praticamente qualquer iniciativa por parte dos produtores rurais de reposição dos índices de fertilidade dos solos, as práticas primitivas de desmatamento e queimadas continuaram a ser as únicas formas de atender às necessidades de expansão da demanda de alimentos, matérias-primas industriais e pastagem, face ao aumento da pressão demográfica e crescimento dos rebanhos no Estado. Portanto, a abundância de novas áreas de terras férteis para desmatar a cada ano foi durante muito tempo o principal fator regulador da expansão da produção agropecuária e não o uso de qualquer tecnologia localmente conquistada ou mesmo introdução alienígena. Assim, a degradação ambiental e os processos de desertificação detectados no Ceará transcendem ao ecológico para se ligarem ao cultural que, em última instância, envolvem as origens coloniais e o econômico-social, ponto de partida de todos os problemas ambientais do Estado. Os pressupostos básicos que apóiam a tese da hegemonia dos fatores culturais sobre as condições naturais do espaço geográfico do Estado, no bloqueio de seu desenvolvimento agropecuário, firmam-se historicamente em sua riqueza relativa de recursos naturais renováveis, normalmente desconhecidas, negligenciadas, politicamente distorcidas ou não utilizadas, perpetuando assim um determinismo geográfico nem sempre lógico culturalmente, condicionado a um quadro cíclico ou mais ou menos permanente de penúria alimentar e de baixa produtividade de produtos ditos de subsistência e de matérias-primas industriais de origem agropecuária. Todo um processo cultural de hostilidade unilateral que, de certa forma, confronta homem-natureza fundamenta-se no fato de que toda a produção social do homem, realiza-se num espaço que é ao mesmo tempo ecológico e econômico, materializando no antagonismo relativo, Biosfera (mundo dos solos, das águas, das plantas, dos animais, do clima e dos minerais, ambiente que integra o homem na sua essência e integridade física) e a

Tecnosfera (mundo das instituições, das indústrias, das construções dos negócios, que integram o homem na sua dimensão econômico-social.

A Área de Proteção Ambiental (APA), Chapada do Araripe – foi criada por Decreto Federal em 04/08/97. Seu território ocupa um lugar geográfico particular no centro do Nordeste, com uma distância variando de 600 a 800Km, das principais cidades do litoral. Inserida no espaço de um conjunto de 38 municípios pertencentes aos estados do Ceará (15), Pernambuco (12) e Piauí (11), a APA é um elemento profundamente incorporado a vivência da Bio-Região da Bacia Sedimentar do Araripe. Os atores nessa área não se limitam aos moradores das cidades aí situados, mas nelas se incluem, também, agentes e instituições cujas atividades principais se desenvolvem em outras cidades, tanto no Brasil, como de outros países, mas com reflexos marcantes sobre a região.

A vida nas áreas de ambientes naturais da APA, embora peculiar, não pode ser considerada isoladamente da vida nas zonas urbanas dos 38 municípios, que reúnem no total, aproximadamente, 700.000 habitantes, e da dinâmica própria a cada uma das micro-regiões homogêneas aos quais esses municípios pertencem. Trata-se portanto, de acompanhar a vida de uma população da ordem 1.200.000 pessoas – 550.000 em zonas rurais e 650.000 em áreas urbanas – distribuídas em 65 municípios em toda extensão da Chapada, inclusive área da Caatinga, com a finalidade principal de desenvolver estudos que viabilizem a elaboração de um processo de Desenvolvimento Sustentável, junto a comunidade, para essa área, com vistas à proteção de seu patrimônio e à sua integração dinâmica regional.

A Chapada do Araripe, enclava em plena região semi-árida, apresenta uma forma tubular sendo sustentada pela formação Exu, com o eixo leste/oeste, possuindo cerca de 180Km de comprimento. Estendendo-se de Brejo Santo, no Ceará, até Simões no Piauí, sendo que o eixo norte/sul tem uma variação entre 30 e 70 Km. O topo da chapada cuja área se estima em 7.500Km², mantém-se geralmente em altitudes de 750m. com leves ondulações, sendo mais elevado do lado oriental. A superfície se apresenta plana, possuindo na parte leste, entre as cidades de Crato-CE, Exu-PE e Jardim-CE, altitude superior a 900m. A Formação Santana ocupa a zona de talude, enquanto a Formação Missão Velha representa o seu pediplano.

A importância da Chapada do Araripe é verificada em diversos aspectos do meio ambiente, dentre eles a ocorrência de chuvas orográficas, como também em termos de recursos hídricos, especificamente na região de seus patamares.

A região do Cariri cearense apresenta um clima semi-árido quente, com duas estações bem distintas, a seca e a chuvosa. As chuvas para a região são de fundamental importância, concentrando-se nos meses de Fevereiro a Maio com uma média pluviométrica entre 800-1100mm/ano em uma temperatura média entre 25°C.

A vegetação da Chapada do Araripe é muito diferenciada variando de acordo com as condições climáticas morfológicas e litológicas da região, compreendendo associações vegetais com médio e grande porte, e folhas pequenas, algumas delas com acentuado caráter xeromórficos. A vegetação que predomina na Chapada do Araripe é um Cerradão, que se apresenta em toda área central do seu topo e está inserida dentro da Floresta Nacional do Araripe – FLONA, primeira Reserva Florestal do Brasil.

3. METODOLOGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. Primeira Visita: 12 de Janeiro (Engenho Velho e Espinheiros)

Numa primeira etapa visitamos as comunidades com o objetivo de apresentar a equipe e o Projeto Universidades Cidadãs. Visitamos em janeiro (12) as comunidades de Engenho Velho (Barro-CE, comunidade antiga) e Espinheiros (Aurora-CE, comunidade nova). A dinâmica utilizada nas duas comunidades foi apresentação informal dos membros da equipe e do projeto, colocando nossas expectativas em relação ao trabalho na comunidade e levantando as expectativas da comunidade em relação a nossa visita, reconhecimento da área e convocação dos segmentos de jovens e mulheres para diagnóstico de demanda. O registro da atividade foi feito em VHS.

Na comunidade Espinheiros, a reunião foi na Unidade Escolar Antônio Fernandes durante o período da manhã (9:00 às 11:00), o número de comunitário foi representativo, reunindo mais de quarenta pessoas com a presença da equipe da Urca: Profa. Anna Christina, os estagiários Sólon Alexandre, Allan Cruz, João Paulo e técnicos do COEP.

Em Engenho Velho, nos reunimos no período da tarde (14:00 às 16:00) no Telecentro da comunidade, com a presença do Presidente da Associação e membros da diretoria e um número reduzido de comunitários, em torno de doze pessoas, a equipe da Urca: Profa. Anna Christina, os estagiários Sólon Alexandre, Allan Cruz, João Paulo e técnicos do COEP. Tendo em vista a reduzida representatividade da comunidade, decidimos re-representar o Projeto Universidades Cidadãs no início de fevereiro, convocando sobretudo o segmento de jovens e mulheres. Devido ao número de participantes e sendo uma comunidade antiga, levantamos a hipótese da desmobilização da comunidade, nesse sentido, levantamos decidimos na próxima visita falarmos sobre a organização comunitária.

3.2. Segunda Visita: 04 de fevereiro (Engenho Velho e Espinheiros) 05 de fevereiro (Lagoa de Dentro)

Em fevereiro (4 e 5), retornamos as comunidades de Engenho Velho e Espinheiros, visitando pela primeira vez a comunidade de Lagoa de Dentro, município de São José de Piranhas – PB.

Nas comunidades de Engenho Velho e Espinheiros, foi utilizado um dos aspectos do método da pesquisa-ação a partir da técnica de campo de observação e representatividade coletiva, por tratar-se de abranger uma comunidade geograficamente concentrada, de acordo com Thiollent (2005). A partir da discussão em grupo, que conforme Thiollent (Idem, p. 66), tem como uma das finalidades “[...] exercer um efeito conscientizador e de mobilização em torno de uma ação coletiva [...]”, procuramos concentra nossa ação em torno de uma pré-consulta as demandas locais, como forma de levantar representações sócio-históricas e nível de organização das comunidades. Também expusemos os objetivos do I Fórum de Capacitação dos Grupos Mobilizadores das Comunidades Rurais COEP, programado para o período de 12 a 19 de fevereiro, em Moreno – PE e enfatizamos a importância da organização comunitária.

Em Engenho Velho, nos reunimos no Grupo Escolar, no período da manhã (9:00 às 12:00), com um expressivo número de comunitário. Na reunião foi colocada a importância do associativismo e da organização da comunidade em torno de objetivos comuns. O presidente da Associação e membros da diretoria, juntamente com a Profa. Anna Christina, enfatizaram a necessidade de envolvimento mais efetivo da comunidade em relação à utilização e manutenção do tele-centro, da mini-usina e do tear. Dado o adiantado a hora (tínhamos outra visita agendada à tarde com a comunidade de Espinheiros), o diagnóstico de demandas foi procedido sem a utilização de uma oficina, sendo feito oralmente. O resultado da consulta está abaixo listado. Marcamos uma oficina de diagnóstico para depois do Fórum de Moreno.

- Treinamento para manuseio do tear existente na comunidade;
- Curso de Corte e Costura, Crochet e Bordado;
- Curso de Plantio de Horta comunitária;
- Curso avançado de Computação;
- Curso de Manutenção de Computador;
- Instalação de uma Creche;
- Palestra sobre Associativismo;
- Consultoria para escoamento da provável produção artesanal da comunidade, após os cursos de capacitação.

Na comunidade de Espinheiros, houve uma significativa participação dos comunitários, em torno de quarenta participantes. Iniciamos nossas atividades com a apresentação da Equipe e aplicamos a *Dinâmica da Confiança*, descrita abaixo:

- Solicitamos que os comunitários ficassem em pé e cobrissem com as mãos os olhos de outra pessoa por trás e a conduzisse através da sala;
- No segundo momento, o parceiro que conduzia foi conduzido;
- Em seguida, pedimos que todos comentassem acerca da sensação de conduzir e ser conduzido.

O objetivo da dinâmica foi promover a descontração e integração dos comunitários, servir como ponto de partida para a explanação do Projeto Universidades Cidadãs e levantar um pré-diagnóstico de demanda a ser reforçado em oficina marcada posteriormente. As demandas estão abaixo listadas. A atividade foi registrada em VHS.

- Curso de Costura Profissional, Crochet e Bordado;
- Palestra sobre Associativismo
- Ensino Médio de Jovens e Adultos separados por série.

Na comunidade de Lagoa de Dentro-PB, houve expressiva participação da comunidade, cerca de 40 participantes. Foi procedida a apresentação da Equipe da URCA, apresentação do Projeto Universidades Cidadãs e convocação dos segmentos de jovens e mulheres para diagnóstico de demanda, marcado para depois do Fórum de Moreno-PE. Estavam presentes na reunião, o presidente da associação e membros da diretoria e técnicos do COEP. Procedemos um pré-diagnóstico de demandas, relacionadas abaixo. A atividade foi registrada em VHS.

- Curso de Corte e Costura, Crochet e Bordado;
- Curso de Plantio de Horta comunitária;
- Curso avançado de Computação;
- Curso de Manutenção de Computador;
- Curso de Serigrafia;
- Palestra sobre Associativismo.

4. Considerações Finais

Consideramos que as visitas alcançaram os objetivos inicialmente propostos pela equipe: apresentação da equipe e do Projeto Universidades Cidadãs. O diagnóstico de demanda foi concluído parcialmente, pelo menos em relação á comunidade nova – Espinheiros. Observamos o grande interesse por parte da comunidade em participar do Projeto. Procuramos ser objetivos em nossa fala, sobretudo em relação aos objetivos do Projeto em transferir conhecimentos e tecnologias que proporcionassem inclusão social e do trabalho. Entretanto, algumas questões, a nosso ver fundamentais, foram levantadas nas reuniões: a sustentabilidade das tele-salas e escoamento da produção artesanal.

FOTOS DAS COMUNIDADES ESPINHEIROS E ENGENHO VELHO



Tele-centro Engenho Velho



Reunião Espinheiros



Reunião Engenho Velho



Reunião Espinheiros